

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

28/112015

Correio Braziliense

Denúncia sai até amanhã

Correio Braziliense - 28/11/2015

Polícia Federal indiciou 19 pessoas no esquema de "compra" de medidas provisórias que beneficiaram montadoras. Envolvidos negam

A denúncia do Ministério Público sobre a compra da Medida Provisória 471 por um grupo de montadoras de automóveis e lobistas sai até amanhã. Esse é o prazo que o MP tem para oferecer acusação envolvendo os investigados presos na quarta fase da Operação Zelotes. A Polícia Federal já indiciou 19 pessoas no esquema. Continuarão à parte as investigações sobre a MP 512 e 627, que envolveria ainda Luis Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A expectativa é que a força-tarefa de procuradores endosse o relatório da Polícia Federal. Entre os 19 indiciados estão o presidente da Caoa Hyundai, Carlos Alberto Andrade; os executivos da MMC Mitsubishi Paulo Arantes Ferraz e Eduardo Souza Ramos; os lobistas Mauro Marcondes, Cristina Mautoni, Alexandre Paes Santos, o APS, e Eduardo Valadão; e o ex-membro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) José Ricardo Silva. Segundo a PF, eles "compraram" a Medida Provisória 471 para beneficiar as montadoras. Os que teriam recebido a propina seriam a ex-funcionária da Casa Civil da Presidência da República Lytha Battiston Spíndola, o filho dela Vladimir Spíndola e o ex-secretário de Comunicação do Senado Fernando César Mesquita, ligado ao ex-presidente José Sarney (PMDB). O ex-suplente de deputado Halysson Carvalho (PMDB-PI) foi indiciado por extorsão. Todos negam as acusações.

Ontem, o advogado de Halysson, João Alberto Soares, disse que o juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal, deverá julgar até terça-feira o pedido de soltura de seu cliente. Ele também pediu um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O jornalista Fernando César Mesquita negou participação no esquema denunciado pela PF e disse que, mesmo como secretário de Comunicação Social do Senado, não tinha poder para influenciar na tramitação de uma MP editada pelo Executivo. "Nunca tive nem o poder nem a ousadia de corromper um senador. Não tem pé nem cabeça. Eles me acusam de influenciar a aprovação de uma MP que seria aprovada mesmo sem interferência minha, como passou tranquilamente pelo Senado e pela Câmara", afirma.

Assessoria Mesquita admite ter fechado contrato com o lobista Mauro Marcondes, mas diz que o trabalho se referia a assessoria de imprensa, o que é permitido pela lei. "Eu li todos os depoimentos. Ninguém fala, em nenhum momento, no meu nome. O Senado hoje é aberto para qualquer coisa que você queira saber. A única coisa que o Mauro me perguntou foi sobre as regras de tramitação da MP, o que está aberto no portal do Senado para quem quiser saber", se defende.

Em nota, o profissional de comunicação disse não ser "a pessoa mais importante" na formulação

da MP. "Há outras muito mais importantes, que movimentaram milhões", escreveu.

"Nunca tive nem o poder nem a ousadia de corromper um senador. Não tem pé nem cabeça"
Fernando César Mesquita, jornalista

Blog do Magno Martins

Barganha: Cunha manda recado ao Planalto

28/11/2015

Leandro Mazzini

O deputado federal André Moura (PSC-SE), fiel escudeiro do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, tem sido a ponte de conversas com o Palácio do Planalto.

Numa última tentativa de conquistar os votos dos três petistas no Conselho de Ética para se salvar da cassação, Cunha alertou os ministros palacianos que pode prorrogar por mais 60 dias as CPIs do **BNDES** e Fundos de Pensão, e criar na Câmara as CPIs do **Carif** e do Futebol - a exemplo das que correm no Senado.

Os ministros Jaques Wagner (Casa Civil) e Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) ainda não responderam. Como notório, as CPIs incomodam os grandes e principais financiadores de campanha do PT.

Sem os votos dos três petistas no Conselho de Ética, Cunha não alcança a maioria para se salvar. O trio tornou-se o fiel da balança. O Conselho tem 21 votos - Cunha hoje conta 9.

O prazo termina na semana que vem, crucial para os dois lados, diante da iminência do recesso legislativo. A bancada do PT, como antecipou a Coluna, já avisou a Wagner que não vota a favor de Cunha.

Eduardo Cunha soltou para os aliados que já tem sua decisão para os sete pedidos de impeachment de Dilma, e anuncia na terça-feira. Pode estar blefando, ou não, para pressionar o Planalto.

Jornal da Cidade de Bauru - SP

Deputado quer CPI para investigar BTG, André Esteves e governo

28/11/2015

O deputado federal João Henrique Holanda Caldas (PSB-AL), conhecido como JHC, começou nesta sexta-feira (27), a colher assinaturas para instalar uma CPI na Câmara para investigar a evolução do banco de investimentos BTG Pactual e de seu dono e presidente, André Esteves, bem como a relação de ambos com o poder público.

Segundo JHC, o requerimento foi elaborado ontem e motivado pela prisão do banqueiro, sob a acusação de estar atrapalhando as investigações da operação Lava Jato. A menos de um mês para o início do recesso parlamentar, contudo, a expectativa é de que a CPI só seja instalada em 2016.

Por ordem do Supremo Tribunal Federal (STF), André Esteves foi preso temporariamente pela Polícia Federal na última quarta-feira, 25, acusado de se unir ao líder do governo no Senado Federal, Delcídio Amaral (PT-MS), para impedir que o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró fizesse delação premiada ou, se fizesse, não citasse ambos.

Em gravação feita por Bernardo Cerveró, filho do ex-diretor, o parlamentar petista oferece mesada de R\$ 50 mil à família de Cerveró, pelo silêncio do ex-diretor. O montante seria bancado pelo empresário. Na justificativa do pedido de CPI, JHC cita matérias da imprensa que destacam a ascensão profissional de Esteves e sua relação íntima com o Estado. Ponto fragoroso dessa jornada foi a compra do banco Pan-Americano, outrora de propriedade do empresário Sílvio Santos, que foi comprado pelo BTG com garantias que a Caixa Econômica concedeu em um intervalo curtíssimo de tempo, cita.

Mais recentemente, em agosto de 2015, o BTG foi escolhido pela Caixa para assumir sua carteira de inadimplência de R\$ 3,8 bilhões, valor apontado como inferior a 3% do preço de mercado, acrescenta. O parlamentar destaca também as menções sobre o banco feitas em uma das sub-relatorias da CPI da Petrobras na Câmara, cujos trabalhos foram encerrados no fim de outubro. Para ele, o assunto foi tratado de forma superficial naquele colegiado.

O parlamentar lembrou que o BTG e André Esteves foram citados em delação premiada do doleiro Alberto Youssef, que teria informado que o banco pagou propina para que a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, passasse a estampar em 2012 a marca da rede de postos de gasolina DVBR, adquirida por Esteves em 2008.

Chances de instalação

Até o início da noite de hoje, o requerimento da CPI não tinha nenhuma assinatura. Segundo JHC, a ideia é avançar na coleta de apoiantes na semana que vem, uma vez que, na sexta-feira, a maioria dos parlamentares já viajou para seus Estados. Tem grandes chances de a CPI avançar na Câmara, avaliou o deputado, lembrando que há somente dois requerimentos aguardando na fila para instalação de CPIs na Câmara e que quatro das cinco que funcionam atualmente têm previsão de acabar em dezembro: BNDES, Crimes Cibernéticos, Maus-Tratos de Animais e Fundos de Pensão.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ainda não conversou oficialmente com JHC sobre a ideia da CPI. Segundo o peemedebista, se o requerimento tiver as 171 assinaturas necessárias e o fato determinado, entrará na fila. A próxima CPI que deverá ser instalada na Casa será para investigar irregularidades no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). A segunda da fila é a que pede a investigação da máfia do futebol. Pelo Regimento Interno da Câmara, somente cinco CPIs podem funcionar ao mesmo tempo.

G1

Avaliação da PF sobre consultoria de filho de Lula é descabida, diz defesa

28/11/2015

Segundo a PF, ele reproduziu conteúdo da Wikipedia para consultoria.

Defesa negou irregularidades em serviço prestado pela empresa dele.

O advogado de Luís Cláudio Lula da Silva, filho caçula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins, divulgou nota neste sábado (28) na qual negou irregularidades em serviços prestados pelo cliente e afirmou que a conclusão da Polícia Federal de que ele reproduziu conteúdo da internet em consultoria é impropriedade e descabida .

No relatório final sobre as investigações da Operação Zelotes - que apura fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) -, a PF coloca sob suspeita o contrato de consultoria firmado entre uma das empresas de Luís Cláudio e a Marcondes e Mautoni, escritório advocatício que, supostamente, participaria do esquema criminoso.

Segundo as investigações, a LFT Marketing Esportivo - de Luís Cláudio - recebeu R\$ 2,5 milhões em pagamentos da Marcondes e Mautoni, banca de advogados especializada na representação de montadoras automotivas em entidades do setor, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Veículos (Sinfavea).

A despeito de não ter acesso à íntegra do relatório e reiterando a legalidade que revestiu a relação comercial entre a LFT e a M&M, os advogados de Luís Cláudio qualificam de impropriedades e descabidas as manifestações da PF. Adjetiva-se no lugar de se produzir provas. Não se aceita a afirmação de que os conteúdos sejam meras cópias de materiais extraídos da internet , diz a nota de Zanin.

A conclusão dos investigadores no relatório final do inquérito que investiga a suposta compra de três medidas provisórias para beneficiar montadoras de automóveis é de que a consultoria entregue por Luís Cláudio foi feita a partir da reprodução de material disponível na internet, e não de um trabalho próprio, desenvolvido pela empresa.

[No relatório de análise policial] confirmou-se, objetivamente, que o estudo produzido é baseado em meras reproduções de conteúdo disponível na rede mundial de computadores, em especial no site do Wikipedia , diz trecho do inquérito.

A Wikipédia é uma enciclopédia virtual e gratuita alimentada por colaborações de usuários da internet. Atualmente, o site mantido pela Fundação Wikimedia possui mais de 30 milhões de artigos, dos quais cerca de 834 mil na língua portuguesa.

Vide Versus

Consultoria de empresa de filho de Lula se baseou na Wikipédia, diz Polícia Federal

28/11/2015

O relatório final da Polícia Federal no inquérito da Operação Zelotes que investigou os negócios de Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, concluiu que ele se baseou em "meras reproduções de conteúdo disponível" na internet, "em especial no site Wikipedia", para produzir trabalhos que, segundo ele alegou à PF, justificariam o recebimento de R\$ 2,5 milhões da firma do lobista Mauro Marcondes Machado.

Ao final dessa parte da investigação, entregue ao Ministério Público Federal, a PF decidiu abrir inquérito específico para aprofundar a apuração acerca dos pagamentos à empresa de Luis Cláudio, a LFT Marketing Esportivo. Além disso, a PF indiciou 19 pessoas, ou seja, apontou indícios suficientes para identificar a autoria de um crime - Luis Cláudio não está nessa leva de indiciados.

O Ministério Público deverá apresentar até segunda-feira (30) denúncia sobre a mesma investigação à Justiça, que poderá ou não concordar com os indiciamentos e a decisão da PF de desmembrar o caso relativo ao filho de Lula.

Além desse caso, a Zelotes mantém em andamento, ainda sem previsão de denúncia, outros 19 inquéritos policiais sobre irregularidades no **Carf**, o conselho vinculado ao Ministério da Fazenda que julga recursos de multas aplicadas pela Receita Federal.

Luis Cláudio entrou no radar da Zelotes após a quebra do sigilo bancário da microempresa do lobista, a Marcondes & Mautoni Empreendimentos e Diplomacia Corporativa. Os registros mostraram pagamentos a partir de 2014 no total de R\$ 2,5 milhões e na mesma época em que o lobista recebeu R\$ 16 milhões de duas empresas interessadas em benefícios fiscais do governo federal.

Em nota divulgada na quinta-feira (26) a respeito de notícias sobre a conclusão do inquérito da Operação Zelotes, o advogado de Luis Cláudio Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins, reafirmou que seu cliente "prestou serviços na área de marketing esportivo para a Marcondes & Mautoni", e que tais serviços "foram comprovados". O advogado não foi localizado para comentar a afirmação da PF de que seu cliente utilizou material da internet

A crítica - AM

Filho de Lula copia consultoria milionária

28/11/2015

O relatório final da Polícia Federal (PF) sobre as investigações da Operação Zelotes -que apura fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) - coloca sob suspeita o contrato de consultoria firmado entre uma das empresas de Luís Cláudio Lula da Silva, filho mais novo do ex-presidente Lula, e a Marcondes e Mautoni, escritório advocatício que, supostamente, participaria do esquema criminoso. As informações são do Globo. Segundo as investigações, a I.FT Marketing Esportivo - de Luís Cláudio - recebeu R\$ 2,5 milhões em pagamentos da Marcondes e Mautoni, banca de advogados especializada na representação de montadoras automotivas em entidades do setor, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfa-vea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Veículos (Sinfavea).

No documento ao qual a TV Globo teve acesso, a PF chama a atenção para a "inexperiência" do filho de Lula para o trabalho prestado e para a "baixa complexidade" do estudo apresentado pela empresa dele.

A conclusão dos investigadores no relatório final do inquérito que investiga a suposta compra de três medidas provisórias para beneficiar montadoras de automóveis é de que a consultoria entregue por Luís Cláudio foi feita a partir da reprodução de material disponível na internet, e não de um trabalho próprio, desenvolvido para a empresa.

"(No relatório de análise policial) confirmou-se, objetivamente, que o estudo produzido é baseado em meras reproduções de conteúdo disponível na rede mundial de computadores, em especial no site do "Wikipedia"*, diz trecho do inquérito. A Wikipedia é uma enciclopédia virtual e gratuita alimentada por colaborações de usuários da internet.

29/11/2015

Amazonas Atual

"Eu fui traída! Manaus inteira sabe disso", diz Vanessa sobre as eleições de 2012

29/11/2015

MANAUS - Em um momento de articulação política do PCdoB para a organização das Eleições 2016, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) conversou com o AMAZONAS ATUAL na última sexta-feira, 27, no Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. O que era pra ser uma entrevista longa, como as publicadas aos domingos, acabou sendo uma conversa rápida, entre um compromisso e outro da senadora. Ela fez um balanço da CPI do Carf, da qual é relatora e deve apresentar seu relatório nesta semana, e negou qualquer tentativa de blindagem na comissão de políticos e parentes de políticos no âmbito da comissão. A senadora também critica a imprensa, principalmente a grande mídia, pelo silêncio em relação às empresas envolvidas na sonegação fiscal, e cita a Rede Globo como exemplo desse silêncio: "Temos que estranhar a pouca publicidade que a mídia brasileira deu ao envolvimento de grandes empresas, inclusive ligadas à Rede Globo - que é a RBS". Quando falou sobre a política local, no final da conversa, ela lembrou da participação na disputa eleitoral de 2012, quando disputou o segundo turno com o prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) e disse que foi traída pelo grupo que a apoiou. Sem explicar os detalhes, pela pressa de concluir a entrevista, Vanessa Grazziotin respondeu assim quando questionada se havia se sentido traída: "Se eu me senti? Não, eu fui traída! Todo mundo sabe disso, Manaus inteira sabe disso". Confira a entrevista concedida ao jornalista Allan Gomes.

AMAZONAS ATUAL - A CPI do Carf está chegando ao fim. Que balanço a senhora faz do seu trabalho na relatoria?

VANESSA GRAZZIOTIN - Bom, eu entreguei o relatório nesta semana e pelo regimento quando há a entrega de um relatório o procedimento é: ou aprova ou rejeita, não há como fazer emendas. Entretanto, eu achei por bem apresentar com um tempo de antecedência e solicitar que cada senador ou senadora que compõem a CPI e que tiver qualquer dúvida, discordância ou algum acréscimo a fazer, que faça até a próxima terça-feira. Na quarta, eu apresento o relatório final e na quinta ele é votado. Agora, eu achei esquisito que toda a imprensa criticou o fato de que eu não indiquei nenhum político, mas a CPI não tem a ver com política, ela tem a ver com o Conselho de Administrativo de Recursos Fazendários (Carf), que trata da relação de empresas com o Fisco brasileiro e, de fato, nós encontramos aquilo que a operação Zelotes já vem trabalhando e que não é uma coisa simples de se localizar, porque nós estamos tratando com profissionais da corrupção, muitos são advogados tributaristas, contabilistas, economistas, sabem perfeitamente como fazer as coisas. Enfim, é algo terrível, a gente reforça o fato de que o valor que deixou de ser arrecadado possa chegar a R\$ 19 bilhões. Pra não ficar algo muito extenso, porque todos os anexos são acessíveis a partir do momento que estejam públicos, mas alguns casos que são simbólicos, alguns que estiveram citados [no relatório], e a gente percebeu, estudando a documentação, que não houve em alguns nenhum envolvimento de empresas, e outros que houve muito envolvimento. A Mitsubishi, por exemplo, tinha uma pendência de quase 300 bilhões, e gastou com escritórios de advocacia e consultoria em torno de R\$ 60 milhões e recolheu ao fisco R\$ 900 mil. Mas você vai ver o dinheiro, pra onde ele vai, como é retirado, como é pago e que empresas recebem. São sociedades formadas para atuar em casos específicos, e no geral de conselheiros e ex-conselheiros do Carf. Todo um emaranhado. Acho que a imprensa se referia ao fato de que a Operação Zelotes encontrou no meio do caminho indícios de que Medidas Provisórias teriam sido manipuladas, mas isso não tem nada a ver com a CPI do Carf.

ATUAL - Só com a investigação da Zelotes?

VANESSA - Da Zelotes, não da CPI, porque quem desenvolve a operação Zelotes? A Polícia Federal e o Ministério Público. Qual é a função desses dois entes? Investigar. Nós não, nós do parlamento temos um instrumento de investigação que é a CPI, mas o caso tem que ser concreto e objetivo, e desse objetivo nós não podemos fugir. Então veja, a própria oposição que apresentou requerimentos - muitos idênticos, que chegamos a votar três vezes - não tinha interesse em investigar, porque se tivesse interesse, dominam o regimento tanto quanto nós

[governistas] -, teriam coletado, ou pelo menos tentado coletar, assinaturas com os senadores e senadoras, porque você pode ampliar o fato, contanto que você colete a mesma quantidade de assinaturas. Agora, a própria Medida Provisória 471, muito citada, não interferiu em absolutamente nada na questão do **Carf**. A única coisa que essa MP fez foi ampliar a lei do incentivo fiscal, como por exemplo, a PEC de ampliação da Zona Franca, porque haviam algumas pendências, outras leis posteriores vieram modificar a legislação sobre a qual havia dúvidas e as empresas estavam sendo multadas, pois deixavam de pagar tributos e por isso estavam sendo cobradas. Mas nem o Ministério Público envolveu essas outras leis, apenas essa, que não mexeu em nenhum processo do **Carf**. Então, é uma outra luta, não tem porquê indiciar políticos.

ATUAL - Uma crítica que se fez, a partir da imprensa, e inclusive diretamente à senhora, é que também houve blindagem para barrar a convocação, por exemplo, do filho do ex-presidente Lula. Recentemente entrevistamos o deputado Marcos Rotta, presidente da CPI do **BNDES**, e ele comentou que parlamentares governistas atuavam de modo a criar uma blindagem na convocação de nomes potencialmente danosos ao governo. Isso aconteceu na CPI do **Carf**?

VANESSA - De jeito nenhum! Houve a questão do filho do Lula, mas envolvendo outro fato que estou relatando. Nós não fizemos nenhum "acordão", tudo que a CPI fez - mesmo porque o presidente da CPI é do PSDB, o partido mais oposicionista e que quando governou não permitiu que nenhuma CPI se instalasse -, a gente fez questão de não fazer nenhuma reunião secreta, nenhuma reunião administrativa, só com senador, inclusive a "roupa suja" foi lavada sempre pela imprensa. Então, não há porque blindar, porque não havia o que investigar. O que a Zelotes levantou, e a imprensa divulgou muito, seria o envolvimento do filho do ex-presidente Lula com uma empresa de advocacia no caso de uma Medida Provisória, que eu repito, não tinha nada a ver com o **Carf**, então porque que nós iríamos ouvi-lo se não tem nada a ver com o assunto? E se alguém quisesse introduzir esse assunto, visto que se tratava de uma lei tributária, porque que não colheram assinaturas? Isso é demagogia. Agora, eu coloquei com muita ênfase, que nós temos que estranhar a pouca publicidade que a mídia brasileira deu ao envolvimento de grandes empresas, inclusive ligadas à Rede Globo - que é a RBS [filhada da Rede Globo no Rio Grande do Sul]. Está lá o caso, e é muito grave, e aí sim, esse caso envolve um sobrinho de um ex-deputado que é conselheiro do Tribunal de Contas, o ministro Augusto Nardes. Então, não é a imprensa que tem que estranhar, nós que temos que estranhar. Por isso somos muito contundentes no relatório, a Zelotes tem que continuar, e se quiser abrir novas frentes de investigação, ótimo. É a obrigação deles, a função deles, mas que não abandonem esta frente, a de investigar as empresas e esses bilhões de reais que deixam de ir para os cofres públicos por parte das empresas.

ATUAL - Nos últimos meses, a pauta feminista tem surgido com força no debate público. Mobilizações contundentes nas redes sociais, capas de revista. A senhora acha que isso terá reflexos na política institucional?

VANESSA - Sem dúvida nenhuma! De fato, vem crescendo muito esse movimento, e crescendo do ponto de vista positivo. Primeiro que é pelo reconhecimento da necessidade de fortalecermos a luta pela emancipação da mulher, em todos os aspectos. Eu estou na procuradoria da mulher há dois anos, e temos um material muito interessante sobre o histórico da mulher na política. É desastrosa nossa situação, aqui no Brasil, perante o mundo. Somos a maioria da população, temos o maior nível de escolaridade, e somos a maioria do eleitorado, mas só ocupamos 10% das vagas no parlamento. Ganhamos 30% a menos de salário, fomos obrigados a mudar o Código Penal para incluir a tipificação de feminicídio. Então, nós temos um movimento forte para a criação de cotas no parlamento. A gente está com dois mapas, para realizar uma campanha, o primeiro mostra o Brasil entre os últimos colocados, que é o mapa político, referente à participação das mulheres, o empoderamento feminino; no outro, somos líderes, e somos os primeiros. E vamos mostrar o porquê de uma ligação entre eles. Se a mulher não é empoderada, se os espaços de poder não são ocupados pelas mulheres, é sinal de que a sociedade ainda as trata como um ser inferior, submisso, e isso faz com que a violência aumente. Eu fico muito feliz de ver que essa luta cresce, e sobretudo na juventude. As meninas começam a ser criadas já lutando contra isso.

ATUAL - Ao mesmo tempo em que temos esses movimentos, vemos um avanço conservador, em projetos de lei como o 5069 [torna crime induzir ou auxiliar uma gestante a abortar - projeto de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)]

VANESSA - Sim, é terrível porque é um projeto que retrocede não apenas em relação ao direito das mulheres, mas aos profissionais da área de saúde. É muito ruim, mas a gente já percebeu qual será o destino desse projeto de lei. Dificilmente ele será aprovado, porque houve um movimento que se contrapõe, progressista, porque luta por igualdade, por respeito na sociedade e a gente precisa disso agora.

ATUAL - Como o PC do B está se organizando para o pleito de 2016 na capital e no interior?

VANESSA - A nossa forma é reforçando a orientação partidária. Agora mesmo estamos na reunião preparatória para amanhã [no último sábado, 28], na nossa conferência. Essa é a forma que estamos levando nosso partido para o embate político, porque uma eleição é um embate político. Principalmente agora que parece que o ano de 2015 está acabando sem sequer ter começado. Por quê? Porque parece que a gente está vivendo um terceiro turno eleitoral. Eu que estou lá, no meio da "jaula" [ambiente político de Brasília], eu percebo, a oposição não está preocupada com o Brasil. Eles não estão preocupados com o país sair da crise, eles querem derrubar a presidente, e também não estão preocupados com a corrupção, esse discurso é oportunista.

ATUAL - Existe a possibilidade do PCdoB lançar candidato próprio para prefeito de Manaus?

VANESSA - Tem. Nós temos quatro pré-candidaturas.

ATUAL - Quais seriam?

VANESSA - O Yann [Evanovick], o Eron [Bezerra, ex-deputado estadual e ex-titular da Sepror], a [deputada estadual] Alessandra [Campelo] e eu.

ATUAL - A senhora também se vê como pré-candidata?

VANESSA - Bom, meu nome tá lá. Eu jamais vou dizer [não conclui]. Desde o que aconteceu comigo na última eleição para a prefeitura, que não havia nem possibilidade, mas acabei sendo eu a candidata do grupo. Aliás! Depois, com o tempo, percebi o porquê que fui candidata. É aquela candidata que tinha todos os apoios, mas não tinha apoio nenhum.

ATUAL - Foi traumática a experiência da eleição de 2012?

VANESSA - Um dia vou falar abertamente sobre tudo o que aconteceu. Traumático não, foi educativo, eu amadureci muito com aquela eleição.

ATUAL - A senhora se sentiu traída?

VANESSA - Se eu me senti? Não, eu fui traída! Todo mundo sabe disso, Manaus inteira sabe disso. Mas eu acho que foi bom, porque a vida pública é isso, você cresce muito com as adversidades. Eu, desde o começo, achava que não era o meu perfil a candidatura, mas hoje eu percebo que qualquer candidato do nosso grupo teria o mesmo destino que eu, poderia ser mais fraco, ou mais forte, mas o destino seria o mesmo. Por que ali havia toda uma armação para a oposição vencer as eleições, de grande parte de um grupo que estava do nosso lado e a gente percebeu depois o porquê.

Crise Fiscal: arrecadar mais sem aumento da carga tributária é possível

29/11/2015

Conjunto de propostas de Analistas-Tributários da Receita Federal possibilita enfrentamento da crise fiscal sem a criação de novos impostos; débitos de pessoas físicas e jurídicas chegam a R\$ 1,49 trilhão e cobriria o déficit 22 vezes. Imerso em uma crise política e econômica o Brasil caminha para um cenário de retração do mercado e desconfiança de todos os setores da sociedade. Como forma de colaborar para que o Brasil saia da crise, os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil reuniram um conjunto de propostas que tem por objetivo ampliar a arrecadação fiscal sem o aumento da carga tributária e a criação de novos impostos. Sim, isso é possível e está tudo reunido no estudo Alternativas para enfrentar a crise fiscal - Propostas dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil, disponível para acesso no <http://sindireceita.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Alternativas-para-enfrentar-a-crise-fiscal-revisada-final.pdf>.

De acordo com a publicação, as medidas podem ser implementadas imediatamente sem a necessidade de mudanças legislativas ou dotação orçamentária extraordinária. "Para sair da crise fiscal é preciso tornar mais eficaz a cobrança, a arrecadação de tributos federais e, principalmente, o combate à sonegação fiscal", assegura a presidenta do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Sílvia de Alencar.

Cobrança de dívida cobre o déficit

Os dados da própria Receita Federal revelam que existe um volume de R\$ 1,49 trilhão de tributos em cobrança de pessoas físicas e jurídicas, recursos que representam quase 22 vezes o valor que o Governo Federal precisa arrecadar que é de R\$ 64,9 bilhões, para cobrir o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e o superávit.

Do volume total devido, R\$ 1,17 trilhão são débitos tributários de cerca de 68 mil pessoas jurídicas, que possuem dívidas acima de R\$ 1 milhão. Também existem R\$ 235,56 bilhões de tributos devidos por pessoas jurídicas passíveis de cobrança imediata. "É sobre esse estoque de créditos em cobrança que a administração da Receita Federal deveria atuar de forma mais eficaz e urgente. O cenário de crise fiscal e econômica exige da Administração da Receita Federal uma postura muito mais ativa. O foco nesse momento tem que ser a cobrança desse passivo tributário monstruoso", reforça.

No entanto, para enfrentar a crise econômica e fiscal, o Governo Federal anunciou um pacote de medidas amargas que reúne corte de gastos, aumento de alíquota de impostos e a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), pauta do Governo Dilma. Com essas medidas o Governo espera alcançar R\$ 64,9 bilhões; R\$ 30,5 bilhões para cobrir o déficit previsto na Lei Orçamentária Anual e R\$ 34,4 bilhões para formação do superávit. Os caminhos definidos pelo Governo, porém, além de não solucionarem os problemas, ameaçam a manutenção das atividades do Estado e comprometem diretamente a qualidade dos serviços públicos e o atendimento das demandas do cidadão, podendo inclusive agravar a crise econômica.

Adequação e eficiência

Para Gleciara Ramos, delegada do Sindireceita-Salvador, o momento é ideal para uma reorganização interna dos servidores da Receita, de forma que os a gestão possa ser atingir atuar cada vez mais assertivamente. A servidora se apoia no bom exemplo da Secretaria da Fazenda da Bahia, que com uma simples mudança na gestão de pessoas, dando mais autonomia ao trabalho dos Agentes de Tributo, obteve como resultado um aumento de 40% na arrecadação do Estado. "Com a mudança, os agentes puderam agilizar e finalizar, arrecadando mais sobre estas empresas e os auditores puderam se concentrar com mais atenção com os grandes contribuintes, em que o montante da arrecadação é bem maior", compara Ramos.

No mesmo sentido, a presidenta do Sindireceita, Silvia acredita que a administração da Receita Federal também deveria lançar imediatamente uma Força Tarefa formada por Analistas-Tributários para atuar especificamente na cobrança administrativa dos R\$ 246,34 bilhões em créditos tributários não suspensos (devedor), além de dar prioridade ao desenvolvimento de sistemas para a consolidação de todos os valores parcelados. "O fato é que a Receita Federal, nessa crise fiscal sem aumento da carga tributária de despesas momento, tem que priorizar a lotação dos Analistas-Tributários nas áreas de gestão, cobrança e arrecadação do crédito tributário, e os Auditores-Fiscais nas atividades de fiscalização e julgamento do contencioso administrativo.

Esse esforço poderá resultar na ampliação da arrecadação, por meio da cobrança de impostos já devidos por empresas e grandes contribuintes, fazendo frente às necessidades do Estado, sem onerar o contribuinte que paga seus impostos em dia e sem a necessidade de criação de novos tributos. As duas Analistas enfatizam que a para a ampliação do combate à sonegação fiscal e de ganho de eficácia e eficiência para a Receita Federal basta uma decisão administrativa que não envolve mudanças na legislação ou aumento de despesas.

Conheça quatro propostas dos Analistas-Tributários para enfrentar a crise fiscal brasileira

1. Priorizar a lotação dos Analistas-Tributários na gestão, cobrança e arrecadação do crédito tributário;
2. Cobrar de forma imediata R\$ 235,56 bilhões de tributos devidos por Pessoas Jurídicas;
3. Reforçar a atuação dos servidores da carreira de auditoria na análise e no processamento dos créditos sob contencioso administrativo que somam R\$ 913 bilhões e que se encontram nas Delegacias de Julgamento da Receita e no **Carf**;
4. Ampliação da presença do Analista-Tributário nas atividades de controle alfandegário.

30/11/2015

Folha de S.Paulo

Editorial - Palco iluminado

Folha de S. Paulo - 30/11/2015

Prestes a ser votado, o relatório final da CPI que investigou o esquema de corrupção no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) pediu o indiciamento de 28 pessoas. Apesar disso, não traz grandes novidades em relação a tudo o que foi apurado pela Operação Zelotes, da Polícia Federal.

Insatisfeito, o presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), reclamou que as investigações não avançaram devido à falta de colaboração dos depoentes.

Parece piada. A ineficácia dessa comissão não é a exceção, e sim a regra. Existem, só no Senado, outras quatro CPIs em andamento. Todas surgiram motivadas por algum escândalo, mas perderam o dinamismo assim que o tema investigado desapareceu do noticiário.

Trata-se de um padrão. O Senado agora pretende instalar outra comissão, desta vez para investigar o rompimento das barragens em Mariana (MG). Os deputados, por sua vez, mostraram-se mais ágeis: convocaram o presidente da mineradora Samarco, empresa responsável pelo desastre, para depor na CPI da Funai e do Inbra.

Funai? A comissão justificou a medida alegando que a lama afetou índios às margens do rio Doce. O que se pode esperar desses estrategistas em publicidade?

Investigações conduzidas por políticos há muito deixaram de desempenhar qualquer papel relevante na apuração de irregularidades, a despeito dos imensos poderes concedidos aos parlamentares -quebrar sigilos fiscais e bancários, convocar autoridades, ordenar diligências da Polícia Federal.

Esse potencial foi insuficiente para que três CPIs criadas com o fim de investigar a Petrobras contribuíssem para desvendar os esquemas de corrupção na estatal.

Tais comissões perderam o protagonismo que possuíam nos anos 90. Basta lembrar a investigação sobre Paulo Cesar Farias, que levou ao impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992; ou a CPI do Orçamento, de 1993, que resultou na cassação de seis deputados e na renúncia de outros quatro.

A CPI do Judiciário, em 1999, ainda provocou a cassação do então senador Luiz Estevão (DF). De lá para cá, o sistema político domesticou tal instância investigativa, reduzindo-a um palco destinado a projetar futuros candidatos.

Hoje elas servem sobretudo para congressistas mostrarem-se destemidos, com uma incrível capacidade de formular perguntas irrelevantes e ofensas gratuitas.

Reduzidas a um show, padecem todas do mesmo fado: começam sob os holofotes da mídia e terminam nas gavetas do Congresso.

Revista Carta Capital

O senador, o banqueiro, o pecuarista

Revista Carta Capital - 30/11/2015

AS NOVAS PRISÕES REVITALIZAM A LAVA JATO E COLOCAM EM SUSPENSE A POLÍTICA EA ECONOMIA

ANDRÉ BAHHOCAL e HENRIQUE BEIRANGÊ

Desde o fim de setembro, quando o ministro Teori Zavascki, relator do processo no Supremo Tribunal Federal, fatiou as investigações e limitou o trabalho do juiz Sergio Moro ao escândalo da Petrobras, a Lava Jato parecia se arrastar em pequenos desdobramentos. Há quem enxergasse seus limites e um fim próximo. A última semana de novembro mudou esse quadro. Seja pelas mãos de Moro, seja por meio da Procuradoria-Geral da República, a operação voltou com força total ao noticiário e provocou um dos momentos mais dramáticos da recente história republicana do País. Pela primeira vez um senador é preso em pleno exercício do mandato e sem flagrante. Um banqueiro influente e frequentador da lista de bilionários igualmente vai parar atrás das grades. Por fim, um pecuarista detido um dia antes fez aumentar a especulação de que o objetivo da força-tarefa sempre foi e continua a ser atingir o ex-presidente Lula.

Espantosa e ao mesmo tempo bizarra, a história da prisão de Delcídio do Amaral e André Esteves assemelha-se a um roteiro mal concebido de filme de gângsteres. Os dois foram acusados pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de tentar comprar o silêncio de Nestor Cerveró, que uma semana antes dos pedidos de detenção fechara um acordo de delação premiada com o Ministério Público. Diretor da Área Internacional da estatal entre 2003 e 2008, Cerveró foi condenado a cinco anos de prisão. Sua pena, ofereceram os procuradores, poderia ser reduzida a 24 meses caso ele levasse à incriminação de políticos. No despacho, Janot refere-se ao senador, ao banqueiro e aos demais presos como uma "organização criminosa".

Parte do material usado pelo procurador-geral para convencer o ministro Teori Zavascki, relator do caso no Supremo Tribunal Federal, a autorizar a inédita prisão de um senador em exercício do mandato foi obtida graças a um filho do ex-diretor da Petrobras. Em depoimento ao Ministério Público, o ator Bernardo Cerveró disse que seu pai estava disposto a firmar um acordo de delação, mas o advogado dele, Edson Ribeiro, era contra. Para a família, Ribeiro protegia possíveis delatados, entre eles Amaral e Esteves. Por esse motivo, o pai havia trocado de defensor. Saiu Ribeiro, que também teve a prisão decretada na quarta 25, entrou Alessi Brandão. Considerado foragido, o ex-defensor de Cerveró estaria escondido nos Estados Unidos e foi incluído na lista de procurados da Interpol.

O indício mais contundente contra o senador e o banqueiro é a gravação de uma reunião ocorrida em 4 de novembro em um quarto de hotel em Brasília. Participaram da conversa Amaral, Bernardo, Ribeiro e o chefe de gabinete do senador, Diogo Ferreira, outro recém-encarcerado. Por meio de um celular, o filho de Cerveró registrou os diálogos. Em vários momentos, induz o parlamentar petista a prometer vantagens ao pai.

De início, Amaral quer saber se seria implicado pelo ex-diretor da estatal e mostra-se disposto a interceder no STF em favor de um habeas corpus. Bernardo diz que o pai gostaria de deixar o Brasil em seguida. O senador em princípio o aconselha a permanecer no País. Diante da insistência, sugere uma rota pelo Paraguai. Bernardo e Ribeiro fazem menção à Venezuela. A fuga se daria no jato de uma empresa de táxi-aéreo de um conhecido de Ribeiro. A fuga seria financiada por Esteves, principal acionista do Banco BTG Pactual, um dos controladores da Sete Brasil, companhia investigada por contratos suspeitos com a Petrobras. Amaral diz a Bernardo que se reuniria no dia seguinte com o banqueiro e tentaria agendar uma reunião com representantes de Cerveró. Segundo a Procuradoria-Geral da República, além da fuga, o ex-diretor da estatal receberia 50 mil reais por mês, bancados por Esteves.

Não se sabe o que sobrar da narrativa elaborada por Janot depois de os advogados de defesa de Amaral e Esteves apresentarem seus argumentos à Justiça. Certo é que ambos têm em comum mais do que os 600 mil reais doados pelo BTG à campanha do petista ao governo de Mato Grosso do Sul em 2014. Possuem a marca do ecumenismo, o que alimenta temores em Brasília quanto ao futuro, e planos, de ambos.

Interrogado na Polícia Federal no Rio de Janeiro, onde está preso temporariamente, Esteves negou a trama e afirmou que no encontro ele e o senador conversaram tão somente sobre a situação econômica do País. O banqueiro acumula uma fortuna pessoal de 9 bilhões de reais, segundo a revista Forbes, especializada em contabilizar o patrimônio de bilionários mundo afora. Dono de uma carreira meteórica no mercado financeiro (começou no antigo Pactual aos 21 anos e se tornou sócio da instituição aos 25), o banqueiro cultivava relações ecléticas. Na última eleição, depositou ovos em todas as cestas. Seu BTG doou 31 milhões de reais. Foram 9,5 milhões a Dilma Rousseff e 7,5 milhões a Aécio Neves, O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, recebeu 500 mil reais. Próximo a políticos do PT, entre eles Antonio Palocci, relaciona-se muito bem com tucanos e peemedebistas. E é generoso. Quando Aécio Neves se casou no fim de 2013, o BTG custeou a lua de mel do tucano em Nova York sob o manto de uma palestra do presidencialável a investidores internacionais. Danielle Ditz, filha de Cunha, também investigada graças às contas secretas do pai na Suíça, é advogada do banco.

Com tanto dinheiro e amigos, não surpreende a descoberta de que Esteves recebeu a cópia de uma minuta da delação premiada de Cerveró. "Constitui genuíno mistério que um documento que estava guardado em ambiente prisional em Curitiba, com incidência de sigilo, tenha chegado às mãos de um banqueiro privado em São Paulo", anotou Janot. O vazamento também surpreendeu os ministros do Supremo e indica sinais de existência de um mercado lucrativo de vazamentos das investigações da Lava Jato, fato que não pode ser ignorado pelas autoridades competentes.

No caso do senador, o ecumenismo o transformou em um tipo especial de petista. Poucos senadores são tão queridos. Apesar de os colegas de plenário terem corroborado a decisão do STF de mandá-lo para a cadeia, a maioria elogiou a sua lhanza e fino trato. Talvez Amaral tenha esmerado o estilo por causa da facilidade em navegar ao sabor das ondas. O ex-líder do governo no Senado foi ministro de Minas e Energia no governo Itamar Franco. Na gestão Fernando Henrique, quando esteve prestes a se filiar ao PSDB, ocupou uma diretoria da Petrobras entre 1999 e 2001. Cerveró era um de seus subordinados. Aderiu ao PT em 2001, às vésperas da primeira vitória de Lula.

É chamado nos bastidores de "o mais tucano dos petistas". Sua atuação no comando da CPI dos Correios em 2005, aquela que se dispunha a dissecar o "mensalão" do PT, foi digna de um representante da oposição e motivou Lula a mantê-lo a distância por longo período. O ex-presidente, ao tomar conhecimento dos motivos da prisão, não poupou o senador. Chamou-o de burro e idiota.

A época do "mensalão" e do esfriamento das relações com Lula, o senador chegou a negociar um espaço no ninho tucano com o então prefeito paulistano José Serra, com quem mantém relações fraternas e certa aliança tática. Prova essa relação o apoio animado do petista ao projeto de Serra ao fim da exclusividade da Petrobras na exploração do petróleo no pré-sal, outro ponto que o distanciava do partido. Até ser enquadrado pelo Palácio do Planalto, Amaral era um dos senadores mais empenhados em ver aprovada a mudança. Ainda assim foi escolhido líder do governo no Senado.

Na reunião gravada por Bernardo Cerveró, o petista conta ter almoçado com o senador tucano dias antes, a pedido deste. O almoço aconteceu logo após surgirem rumores de que Gregório Marin Preciado, casado com uma prima de Serra e frequentador de outros escândalos da República, estaria no alvo da Lava Jato.

No almoço, narra Amaral, Serra parecia querer arrancar informações sobre a situação de Preciado. No áudio, o petista afirma que o primo do tucano seria a figura oculta por trás de Fernando Soares, o Baiano, condenado a 16 anos de cadeia e recentemente convertido em delator. O parlamentar afirma ter sido apresentado a Preciado por Baiano, no período em que ocupou um cargo na Petrobras na administração FHC.

As boas e variadas relações não devem salvar o senador de um destino melancólico. Em uma votação acachapante, 59 a 13, o Senado manteve a decisão do STF, apesar de ela reinterpretar o artigo 5o da Constituição, que só permite a prisão de um parlamentar em flagrante. Enquanto Esteves ficará em princípio cinco dias na cadeia, caso a prisão temporária não seja renovada, Amaral passará um longo período no cárcere. Se no início do ano havia escapado da "lista de Janot", acaba de virar réu no inquérito do Supremo e talvez venha a ser condenado atrás das grades, a exemplo de outros envolvidos na Lava Jato. Ter escapado da primeira leva de denúncias contra políticos rendera-lhe um embate com Eduardo Cunha. O deputado fazia questão de mencionar o alívio ao senador petista como prova da parcialidade da Procuradoria-Geral. Amaral, em consequência chamava Cunha de facínora. Diante das circunstâncias, é pouco provável que os colegas do Parlamento não venham a cassá-lo por quebra de decoro.

Se esperava alguma solidariedade do PT, o senador caiu do cavalo. Apesar de 9 dos 11 representantes do partido terem votado a favor das regras constitucionais e da libertação do

filiado, ninguém fez uma defesa aberta de Amaral. Em reuniões ao longo do dia, a bancada demonstrou-se pouco disposta a enfrentar novos desgastes. Mesmo comportamento do Palácio do Planalto, que manteve um silêncio de convento. A direção da legenda foi além. Em nota divulgada 20 minutos após o início da sessão que manteve a decisão do STF, o presidente do PT, Rui Falcão, jogou o correligionários às feras. Afirmou que não agiu em nome do partido ou do governo. "Por isso mesmo", diz a nota, "o PT não se julga obrigado a qualquer gesto de solidariedade." Amaral tem boas chances de ser expulso da agremiação, tratamento que não foi dispensado a outros envolvidos em casos de corrupção, entre eles, o ex-ministro José Dirceu.

A nota de Falcão funcionou como uma espécie de sentença de morte de Amaral. O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, passara o dia em busca de solução em defesa da Casa. Na visão de Calheiros, manter o parlamentar preso criaria precedente para outros senadores serem encarcerados a qualquer momento. Mesmo receio se espalhou pela Câmara, a começar por Eduardo Cunha, razão pela qual muitos deputados acompanharam de perto o desfecho do caso. Cunha teria relatado a aliados que tem sentido certas aproximações estranhas, como se, a exemplo do senador detido, houvesse uma tentativa de levá-lo a se incriminar.

Com base em pareceres de advogados do Senado, Calheiros convenceu-se do erro de interpretação de Janot e do STF. Amaral estava em casa ao ser preso e não praticou racismo, terrorismo, tráfico de drogas, tortura ou crime hediondo, os casos inafiançáveis segundo a legislação brasileira.

O procurador-geral solicitou ao Supremo para não fazer uma "interpretação literal" da Constituição. E encontrou um mar de boa vontade. Dos cinco ministros que votaram pela prisão do senador, três haviam sido mencionados por Amaral na gravação feita por Bernardo Cerveró. Zavascki, Gilmar Mendes e José Dias Toffoli foram citados na embaraçosa circunstância de estarem abertos a uma conversa sobre o habeas corpus a favor de Cerveró, pendente na Corte. O senador afirmou ter conversado com Zavascki e Toffoli e estaria pronto a procurar Mendes. Este, relatou, teria sido abordado pelo vice-presidente Michel Temer, supostamente preocupado com os depoimentos de Jorge Zelada, outro ex-diretor da Petrobras preso pela Lava Jato, e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Por meio da assessoria, Temer afirmou apoiar a operação e nega ter feito qualquer contato com o ministro para tratar desse tipo de assunto.

Sob a suspeita de ser permeável à influência política, a Segunda Turma do STF referendou por unanimidade o despacho de Zavascki e alterou a interpretação da imunidade parlamentar. No julgamento, realizado na manhã da quarta 25, Mendes e Toffoli afirmaram ser normal conversar com parlamentares. Cármen Lúcia definiu o episódio como um "escárnio", antes de concluir: "Quero avisar que o crime não vencerá a Justiça. A decepção não pode vencer a vontade de acertar no espaço público. Não se confunde imunidade com impunidade".

O Supremo atuou movido por um instinto de preservação. Um vazamento enviesado dos diálogos de Amaral e Bernardo Cerveró poderia estimular interpretações equivocadas do comportamento dos ministros, bastante pressionados pela confluência dos fatos e pelos interesses políticos em jogo. A questão é saber se a indignação dos magistrados não levou a Corte Suprema a minar ainda mais os pilares do Estado de Direito no Brasil.

Em artigo A imunidade não é mais absoluta, Wálter Fanganiello Maierovitch afirma que o STF alterou o entendimento da imunidade parlamentar no caso da prisão de Amaral e receberá críticas por causa da nova interpretação.

Professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, Pedro Serrano é um desses críticos: "Foi uma prisão absolutamente inconstitucional. Há dúvidas sobre a licitude da obtenção das provas. Alguém gravar um interlocutor para produzir uma acusação não é um ponto pacífico na aplicação das leis. Parece-me uma decisão emocional do ministro do Supremo, por causa do uso indevido do nome de alguns deles. Entendo o lado humano, mas não é uma decisão cabível em uma Corte constitucional".

Serrano critica ainda a interpretação do crime continuado para justificar a prisão. Segundo ele, organização criminosa é um conceito vago e precisa ser provado. "Como se pode falar em flagrante se ainda não está provada a organização criminosa? E como ela estaria comprovada se não foi concedido aos acusados o amplo direito de defesa?"

O professor da PUC considera abominável a conduta do senador, mas avalia que o correto seria a Procuradoria-Geral solicitar ao Senado a cassação de Amaral, antes de pedir sua prisão. Segundo Serrano, a detenção é mais um indício de que as investigações de combate à corrupção têm desrespeitado limites do Estado de Direito. "Na América Latina", diz, "o agente de exceção tem sido o Judiciário, que substituiu a farda. Os casos do Paraguai e de Honduras são claros. É um ciclo: a mídia coage magistrados que votam contra seus interesses e visão de mundo e aplaude aqueles que se aliam a ela. Isso tem levado os juízes a se alinhar cada vez mais à vontade de uma parcela da sociedade/" Casos nos quais existem provas materiais, a exemplo da oferta indecorosa de dinheiro e fuga feita pelo senador, servem de anteparo ao atropelo das normas, afirma, e abrem precedente perigoso.

As prisões de Amaral e Esteves ofuscaram em boa medida a 21ª fase da Lava Jato, que deteve na terça-feira 24 o pecuarista José Carlos Bumlai, apresentado à opinião pública como "amigo de Lula". Bumlai foi novamente ligado ao esquema da Petrobras por Salim Schahin, acionista do grupo que leva seu sobrenome, um conglomerado nas áreas de engenharia e finanças.

Último a assinar um acordo de delação premiada antes de Cerveró, o empresário diz ter negociado com João Vaccari Neto, tesoureiro do PT, a liquidação de uma dívida de 60 milhões de reais do partido em troca de um contrato de 1,6 bilhão de dólares para operar o navio-sonda Vitória 10000. A Schahin acabou agraciada com o serviço sem licitação e o débito foi extinto. O avalista da operação, afirma o delator, teria sido Bumlai.

A relação entre o grupo, o pecuarista e o PT começou antes. Em 2004, Bumlai teria procurado o banco em busca de um financiamento de 12 milhões de reais, dinheiro que, segundo o delator, serviu para cobrir despesas de campanha de 2002 do partido. Schahin afirma ter resistido a realizar a operação, mas a participação de Delúbio Soares na segunda etapa das negociações o teria tranquilizado. O empresário vislumbrou uma oportunidade de se aproximar do governo. Na reunião, o ex-tesoureiro petista condenado no "mensalão" mencionou a possibilidade de um contato da Casa Civil, então ocupada por José Dirceu.

Dias depois, prossegue, Dirceu ligou. O financiamento não chegou a ser mencionado na conversa ao telefone, mas a "mensagem estava entendida". As parcelas do empréstimo nunca foram pagas. Nem pelo PT nem por Bumlai. Ainda assim, Schahin teria concedido mais 18 milhões de reais ao pecuarista para este quitar a dívida anterior. O valor, diz, também não foi devolvido. Até o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza teria participado das negociações.

Outro delator, o lobista Fernando Baiano, endossa as acusações de Schahin. Segundo ele, Bumlai tentou sem sucesso obter o contrato do navio-sonda na Petrobras para a construtora. Por conta dos sucessivos fracassos, o pecuarista o teria procurado em busca de auxílio.

Baiano diz ter apresentado Cerveró a Bumlai. A partir desse momento, funcionários da Schahin e da Petrobras começaram a tratar de aspectos técnicos do projeto. Ainda de acordo com o lobista, a aprovação do contrato emperrou em um dado momento das negociações, em virtude das dúvidas sobre a capacidade da construtora de administrar a operação. Bumlai teria dito a Baiano que iria procurar José Sergio Gabrielli, então presidente da estatal, e Lula. Não se sabe se realmente o fez. A Schahin, no fim das contas, levou o contrato. Gente próxima a Lula define o pecuarista como um "mitômano". Várias vezes Bumlai teria usado em vão o nome do ex-presidente. Em uma das ocasiões, chegou a ser repreendido em público por Fábio, um dos filhos de Lula. Ele foi apresentado ao ex-presidente em 2002 por Zeca do PT, ex-governador de Mato Grosso do Sul.

O nome do pecuarista também foi citado no depoimento de Eduardo Musa, gerente da Área Internacional da Petrobras entre 2006 e 2008. O executivo, assessor de Cerveró, afirma que após a contratação do navio-sonda era necessário realizar uma licitação para escolher a operadora. Naquele instante, soube por Cerveró da escolha da Schahin e dos motivos (a troca do contrato pelo perdão da dívida do PT no banco). Em conversa com Fernando Schahin, executivo da construtora, Musa disse ter sido informado que o empréstimo ao partido havia sido intermediado por Bumlai. Por conta do contrato do navio-sonda, Musa afirma ter recebido 720 mil dólares de propina.

A operação na terça 24 também levou policiais federais à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no Rio de Janeiro. Os agentes buscavam documentos referentes a um empréstimo da instituição à São Fernando Açúcar e Álcool, empresa da família do pecuarista. Há uma divergência de datas nesse caso. A força-tarefa afirma que o financiamento saiu em 2005, coincidentemente o ano da eclosão do escândalo do "mensalão". Nessa época, o cadastro da São Fernando estaria inativo na Receita Federal, portanto, a usina não poderia pegar dinheiro em bancos públicos. O BNDES informa que o repasse de 64,6 milhões de reais foi autorizado em 2009, quando o cadastro estaria ativo.

A 21ª fase da Lava Jato foi batizada com um nome sugestivo, mas baseado em fatos formalmente negados. "Passe Livre" seria uma referência ao trânsito de Bumlai no Palácio do Planalto durante os dois mandatos de Lula. A força-tarefa parece ter se inspirado em uma reportagem da revista Veja de dois anos atrás cabalmente desmentida à época pelo gabinete militar da Presidência. Nenhum cidadão, por mais proximidade com ocupantes e funcionários do Palácio, tem acesso franco às dependências do prédio.

A alcunha deixa transparecer, porém, o objetivo de procuradores e da PF. Embora em seu último despacho Moro tenha novamente ressaltado que Lula não é investigado e apesar de, na coletiva de imprensa, representantes da força-tarefa terem aventado apenas a hipótese de o nome do ex-presidente ter sido usado por Bumlai para obter vantagens indevidas, parece claro que o líder petista tornou-se uma espécie de graal da Lava Jato, o objeto de desejo.

Moro e companhia esperam agora arrancar informações do pecuarista. Baiano mencionou um pedido de dinheiro a ser repassado a uma nora de Lula. Foi uma menção vaga e desmentida recentemente pelo próprio Bumlai. Os 2 milhões de reais, afirmou em diversas entrevistas, seriam usados para pagar compromissos financeiros de suas empresas.

Ao lado das investigações dos contratos da empresa de Luís Cláudio, outro filho de Lula, com lobistas suspeitos de integrar o esquema de perdão de dívidas tributárias no Carf e das fantasiosas acusações de que o ex-presidente fazia lobby para empreiteiras brasileiras no exterior, a prisão de Bumlai atiza a sanha contra o líder petista, na esperança de alijá-lo da disputa presidencial de 2018.

Amazonas em Tempo - AM

Relatório de Vanessa sob suspeita

Contexto
30/11/2015

MÁRIO ADOLFO

Relatora da CPI do **Carf**, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) está recebendo uma saraivada de críticas. No relatório preliminar apresentado esta semana, a relatora pediu o indiciamento de 28 pessoas, entre ex-conselheiros do órgão, representantes de empresas, servidores públicos, assessores e lobistas. No entanto, ela poupou políticos e a maioria dos envolvidos no caso da compra das MPs, como o ex-ministro Gilberto Carvalho e Luís Cláudio Lula da Silva, um dos filhos do ex-presidente Lula.

Gente muito boa Todos eles são suspeitos de intermediar a compra de MPs.

Mas, no relatório, a senadora Grazziotin justifica que todos foram rejeitados, pois a CPI considerou que os fatos "não dizem respeito ao objeto do colegiado".

Não gostou O presidente da CPI do **Carf** do Senado, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), foi o primeiro a reagir contra o relatório de Vanessa.

Ele já pediu ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suplente do colegiado, que apresente na próxima semana um relatório paralelo ao da senadora comunista.

CPI g o ve mista Dos 11 membros titulares, apenas o presidente e o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) são oposição ao governo.

- A base da CPI é governista, só tem o presidente, praticamente, de oposição -, afirmou Ataídes.

Dá-lhe, Sinésio Neste domingo, além dos jogos de capoeira, bancas de artesanato, café da manhã e obras de Arthur Virgílio, a avenida Eduardo Ribeiro tinha outra grande atração.

O deputado Sinésio Campos (PT) se esgoelando numa boca de ferro, cercado por 20 membros de sua eterna e fiel claque.

□ Todos vestidos de camiseta azul, aplaudindo entusiasticamente o líder do São José.

Acordo O acordo de delação premiada de executivos da Andrade Gutierrez (AG), que deverá sair junto com acordo de leniência da empreiteira, indicará corrupção para obras da Copa.

Reuniões As tratativas entre os réus da AG e os procuradores da força-tarefa da Lava Jato ainda estão em andamento.

As reuniões estão ocorrendo em Curitiba, base das investigações dos suspeitos sem foro privilegiado na Justiça.

Vai falar tudo É o caso de Otávio Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez O acordo deve ser selado até a próxima terça-feira.

Dois senadores Até o momento, Otávio Azevedo já entregou o nome de dois senadores à PGR em sua negociação para um acordo de delação premiada, informa o "Estadão".

Propina Esses dois senadores teriam recebido propina ligada a obras da AG.

As conversas com os procuradores começaram há dois meses e estão na reta final.

Delação Por isso, o fechamento do acordo de delações será feito na Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

Pena reduzida Com a admissão de culpa do empresário, ele deverá contar com penas reduzidas.

Paga e não bufa! A empresa, por sua vez fará acordo de leniência admitindo pagar R\$ 1 bilhão em indenizações.

Pedi para sair A coluna "Expresso", de "Época", publicou que Rebecca Garcia topou se afastar das empresas das quais é sócia para exercer o cargo de superintendente da Suframa □ Na verdade, foi a Comissão de Ética da Presidência da República que seguiu a recomendação do Ministério Público Federal e sugeriu que Rebecca se afastasse das empresas.

"Becca" é sócia Antes dela assumir, os procuradores da República advertiram que havia um conflito de interesses envolvendo a filha de Francisco Garcia e o posto que passaria a ocupar.

Isso porque "Becca" é sócia de empresas beneficiadas na Zona Franca Novo caminho Para discutir direito eleitoral, marketing político, regularização fundiária e gestão compartilhada, o PPS realizou neste domingo (29), em Manaus, o workshop "Um Novo Caminho".

Jornal de Londrina - PR

Conheça a londrinense que vai para o Carf 'oxigenar' a nova fase do órgão

30/11/2015

Marcelo Frazão

Professora na UEL e na PUC-SP, Aurora Tomazini de Carvalho faz parte da nova leva de conselheiros com perfil acadêmico

No alvo da desconfiança da opinião pública e às voltas com o envolvimento de conselheiros em esquemas investigados pela Operação Zelotes, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - última instância para empresas e contribuintes para questionar impostos cobrados pela Receita Federal - terá uma londrinense à frente de julgamentos a partir de agora.

Aos 38 anos, a doutora Aurora Tomazini de Carvalho, professora na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), toma posse no dia 8 de dezembro, em Brasília.

Aurora também é pesquisadora do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), liderado pelo professor Paulo de Barros Carvalho, considerado um dos 'papas' na área dos tributos. Ocupará uma turma de julgamento responsável por avaliar cobranças de Imposto de Renda de pessoas jurídicas e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Momento crucial

Junto com uma leva de novos conselheiros, Aurora chega ao Carf em um momento crucial para o órgão. Os julgamentos da instância foram paralisados há quase um ano, desde quando antigos conselheiros, exonerados, passaram a ser alvos da Polícia Federal por suspeitas de corrupção.

É um órgão importante demais para ficar parado. Não vai ser uma tarefa simples chegar em um momento em que o Carf precisa se reposicionar', afirmou a nova conselheira, ao JL, em tom de preocupação.

O Carf tem mais de 200 conselheiros: metade é de auditores da Receita Federal, metade é indicada pelos contribuintes, representados por grupos como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e até mesmo as centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Aurora foi indicada pela CNA, mas nunca prestou serviços ou teve ligações com a confederação. Especula que o próprio nome foi buscado como uma tentativa de implantar um perfil mais técnico e

acadêmico para o órgão, avariado pelas suspeitas. Vários estudiosos, pesquisadores e professores de todos os cantos do país também foram nomeados junto com ela.

Interpretação das regras

Atualmente, os processos no **Carf** discutem dívidas de R\$ 580 bilhões fortuna em impostos e multas a empresas e pessoas que discordam das cobranças. É ao **Carf** que bancos, montadoras, empreiteiras e gigantes multinacionais, além de pessoas físicas contribuintes (como o técnico Luiz Felipe Scolari, o 'Felipão', e o apresentador Carlos Roberto Massa, o 'Ratinho', por exemplo) recorrem caso sintam-se 'injustiçados' ante tributos que devem pagar.

A Polícia Federal investiga suspeitas de que pelo menos 10 conselheiros do órgão 'venderam' decisões para diminuir débitos das empresas com o Fisco, mediante propina. Uma CPI no Congresso acaba de terminar sobre o mesmo assunto. O prejuízo com o esquema já estaria em R\$ 19 bilhões.

Aurora considera que os julgamentos dos conselheiros devem ser guiados pela livre convicção na interpretação das regras tributárias brasileiras um emaranhado jurídico que até mesmo estudiosas como ela tem dificuldades para decifrar.

'A legislação é muito variada e tudo torna-se bastante complexo nesse meio', diz. 'Por isso fico muito preocupada: os conselheiros precisam ser conhecedores do que vão julgar. Como a questão tributária sempre é cheia de controvérsias, qualquer suspeita de corrupção quanto a interpretações dos conselheiros devem ser comprovadas pelo recebimento de vantagens ilícitas. Não é fácil analisar as relações entre empresas e tributos porque o conselheiro deve se sentir livre para firmar a convicção depois de estudar muito o tema', aponta. 'É muita gente que pode discordar: o fisco, o contribuinte, a Justiça, a Polícia Federal', diz.

Correio do Povo - RS

Lara prevê "surpresa positiva" sobre receita

30/11/2015

Integrante de uma sigla que se mantém independente na Assembleia, o presidente da Comissão de Finanças da Assembleia, Luís Augusto Lara (PTB), tem tornado pública uma discussão que os poderes travam em silêncio.

O deputado tenta detalhar receitas do Estado e das decisões sobre os procedimentos resultantes da fiscalização. "O governo só fala de despesa. Mas o Tribunal de Contas não consegue ter acesso aos dados do Tarf (Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais). Tanto que está em estudo a possibilidade de que ingresse judicialmente para obter essas informações", diz.

Segundo Lara, se o TCE obtiver os dados dos processos do Tarf "haverá uma surpresa muito positiva sobre a receita".

"A alegação de que os dados dos processos estão protegidos por sigilo fiscal não se justifica, uma vez que existe um termo de confidencialidade", explica um dos técnicos do tribunal. O TCE tem em andamento duas inspeções especiais na Secretaria da Fazenda, abertas em 26 de outubro e 23 de novembro deste ano.

Os procedimentos incluem o Tarf gaúcho.

Os tribunais de recursos, ligados às secretarias da Fazenda, são os equivalentes nos estados ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), vinculado ao Ministério da Fazenda.

Todos julgam recursos administrativos de autuações por sonegação.

Seu papel despertou o interesse da população após o **Carf** ser alvo da Operação Zelotes, que investiga um grande esquema de tráfico de influência e anulação e diminuição de multas mediante pagamento de propinas.

Folha de Dourados - RS

PF suspeita que consultoria de filho de Lula servia para justificar repasses

30/11/2015

Novo relatório da Polícia Federal (PF), obtido pela TV Globo, mostra detalhes e indícios de que os relatórios da consultoria da LFT Marketing Esportivo, de Luis Claudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, com a Marcondes e Mautoni, empresa de Mauro Marcondes - empresário preso na Operação Zelotes - teriam sido feitos para justificar pagamentos de vultuosos valores.

Esse novo documento revela que, além da Wikipedia, Luis Claudio usou em seus relatórios textos copiados de outras fontes da internet, entre elas uma tese de doutorado apresentada na Universidade de Brasília.

A empresa do filho de Lula recebeu R\$ 2,5 milhões da Marcondes e Mautoni. O empresário Mauro Marcondes já foi indiciado pela PF por associação criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

"Por fim, cabe destacar que, fazendo um paralelo entre o conteúdo do trabalho analisado e os valores envolvidos no pagamento pelos mesmos, verifica-se que há fortes indícios de que tais relatórios tenham sido produzidos meramente com o propósito de justificar vultuosas movimentações financeiras entre as empresas investigadas, prática já conhecida no âmbito desta investigação", conclui o relatório da PF. Wikipedia

Nesta sexta-feira (27), foi divulgado o relatório final da PF sobre as investigações da Operação Zelotes - que apura fraudes em julgamentos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**). Segundo as investigações, a LFT Marketing Esportivo - de Luís Cláudio - recebeu R\$ 2,5 milhões em pagamentos da Marcondes e Mautoni, banca de advogados especializada na representação de montadoras automotivas em entidades do setor, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Veículos (Sinfavea).

No documento ao qual a TV Globo teve acesso, a PF chama a atenção para a inexperiência do filho de Lula para o trabalho prestado e para a baixa complexidade do estudo apresentado pela empresa dele. A conclusão dos investigadores no relatório final do inquérito que investiga a suposta compra de três medidas provisórias para beneficiar montadoras de automóveis é de que a consultoria entregue por Luís Cláudio foi feita a partir da reprodução de material disponível na internet, e não de um trabalho próprio, desenvolvido pela empresa.

No sábado (28), o advogado de Luís Cláudio Lula da Silva, Cristiano Zanin Martins, divulgou nota na qual negou irregularidades em serviços prestados pelo cliente e afirmou que a conclusão da PF de que ele reproduziu conteúdo da internet em consultoria é impropriedade e descabida .

A despeito de não ter acesso à íntegra do relatório e reiterando a legalidade que revestiu a relação comercial entre a LFT e a M&M, os advogados de Luís Cláudio qualificam de impropriedades e descabidas as manifestações da PF. Adjetiva-se no lugar de se produzir provas.

Não se aceita a afirmação de que os conteúdos sejam meras cópias de materiais extraídos da internet, diz a nota de Zanin.

O Globo - On Line

MPF faz primeiras denúncias da Operação Zelotes

30/11/2015

Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, ficará fora

BRASÍLIA - O Ministério Público Federal (MPF) prepara para hoje a entrega à Justiça Federal em Brasília das primeiras denúncias da Operação Zelotes. Entre os alvos das ações estão investigados no suposto esquema de compra de medidas provisórias em benefício do setor automobilístico. Quatro procuradores da República definiram os últimos detalhes das acusações durante o fim de semana. Eles já decidiram que o empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, ficará fora das ações previstas para hoje.

A LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio, recebeu pagamentos de R\$ 2,5 milhões a título de consultoria da Marcondes e Mautoni, cujos donos estão presos preventivamente sob a suspeita de operar a suposta compra de medidas provisórias. A Polícia Federal (PF) decidiu apartar as investigações sobre o filho de Lula, com a instauração de novo inquérito, diferente do procedimento que já resultou em 19 pessoas indiciadas pela PF.

As denúncias do MPF não seguirão necessariamente os indiciamentos da PF. Além do caso da suposta compra de medidas provisórias para favorecer o setor automotivo, as ações a serem propostas na Justiça devem tratar das primeiras investigações feitas na Zelotes, sobre a suposta compra de decisões no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), vinculada ao Ministério da Fazenda. A Zelotes foi dividida em diversos inquéritos, com diferentes frentes de apuração.

Na última quinta-feira, a PF concluiu o relatório sobre a suposta compra de medidas provisórias de redução de impostos para montadoras de automóveis, especialmente a Ccoa, representante da Hyundai, e da MMC Automotores do Brasil, que fabrica os carros da Mitsubishi no Brasil. Entre os indiciados estão Mauro Marcondes e sua mulher, donos da Marcondes e Mautoni; o lobista Alexandre Paes Santos; o dono da Ccoa, Carlos Alberto Oliveira Andrade; a ex-secretária da Câmara de Comércio Exterior Lytha Spíndola; e o jornalista Fernando Cesar Mesquita.

O relatório da PF aponta indícios contundentes da prática de crimes cometidos por empresários, lobistas e servidores públicos. Os crimes relacionados são extorsão, associação criminosa, corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Lobistas são acusados de receber dinheiro da MMC e da Ccoa para incluir mudanças em três medidas provisórias sobre redução de impostos para montadoras.